



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO PARA **CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS 2018**

DIREITO

CADERNO DE PROVAS

INSTRUÇÕES

- 1) Confira este Caderno de Provas: ele deverá conter **DOZE páginas**, incluindo esta.
- 2) A prova terá duração de quatro horas, improrrogáveis.
- 3) A interpretação das questões é de responsabilidade do candidato.
- 4) Não será permitida nenhuma espécie de consulta, sob pena de desclassificação.
- 5) Responda as questões objetivas e subjetivas nas folhas de resposta que serão entregues em separado.
- 6) As folhas de respostas serão os únicos documentos válidos para a correção. Sendo o seu preenchimento de inteira responsabilidade do candidato.
- 7) Não rasure as folhas de respostas, as quais deverão conter somente o número de inscrição do candidato, sendo vedada a sua identificação nominal ou por meio de sinais, sob pena de desclassificação do candidato.
- 8) Em nenhuma hipótese haverá substituição das folhas de respostas por motivo de erro do candidato, marcação rasurada ou emendada.
- 9) Este Caderno de Provas deverá ser devolvido junto com a folha de resposta ao final da prova.

Boa Sorte!!!



PROVA OBJETIVA
QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Após a entrada em vigor do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa:

Questão 1

- a) o trema não existe mais na língua portuguesa e não pode ser usado em nenhuma hipótese.
- b) o trema continua a ser usado apenas em palavras estrangeiras e palavras delas derivadas.
- c) o trema ainda pode ser usado em palavras portuguesas, desde que como acento diferencial.
- d) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

Questão 2

- a) As letras k, w e y passaram a integrar nosso alfabeto.
- b) Ditongos abertos (ei, oi) continuam acentuados em palavras paroxítonas.
- c) Os ditongos abertos de palavras oxítonas não são mais acentuados.
- d) O ditongo aberto "eu" também não é mais acentuado.

Questão 3

- a) O hiato 'oo' (voo, perdoo) perdeu o acento, mas o hiato 'ee' (dêem, crêem) continua acentuado.
- b) Não existe mais o acento diferencial em palavras homógrafas em nenhuma hipótese.
- c) Permanece o acento diferencial que distingue tempo verbal/singular e plural de verbos.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Questão 4

O hífen está corretamente usado em:

- a) Ante-sala, auto-regulamentação, ultra-sonografia
- b) Hiper-realismo, inter-regional, super-resistente, mandachuva
- c) Auto-afirmação, infra-estrutura, semi-aberto
- d) Nenhuma das anteriores

Questão 5

Não se usa mais o hífen em:

- a) Malpassado, paraquedas, fim de semana
- b) Pé de meia, mais que perfeito, água de colônia
- c) Vice presidente, circumnavegação, pós graduação
- d) Nenhuma das alternativas anteriores



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Questão 6

Assinale a alternativa em que a crase está CORRETA:

- a) Gota à gota, minha paciência foi enchendo!
- b) Caminhava à passos lentos
- c) Chegaremos à Brasília as 22 horas.
- d) O barco ficou completamente à deriva.

Questão 7

Assinale a correta utilização do A/HÁ:

- a) Daqui há pouco chegaremos ao mercado.
- b) Há duas noites choveu torrencialmente.
- c) Espero revê-lo de hoje á três meses.
- d) Nenhuma das opções anteriores.

Nas questões seguintes, assinale a alternativa CORRETA conforme as normas da língua culta:

Questão 8

- a) A proposta a que éramos favoráveis não foi sequer discutida na reunião.
- b) A criança tem horror de ficar presa no balanço.
- c) A professora ficou desacostumada de ensinar inglês.
- d) Nenhuma das opções anteriores.

Questão 9

- a) O motorista dormiu no volante.
- b) Confesso que simpatizei-me com ele.
- c) Entre, mas não repare a bagunça.
- d) Não exceda da velocidade permitida.

Questão 10

- a) O policial nos disse que ficássemos alerta.
- b) O assaltante não vai ser preso, porque ele é de menor.
- c) O árbitro deu continuidade ao jogo após o intervalo.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.



Conhecimentos Específicos

Direito

DIREITO CONSTITUCIONAL

11) Assinale a alternativa correta. Na interpretação da Constituição, os princípios:

- a) são considerados normas programáticas, por isso inaplicáveis em qualquer circunstância.
- b) não são considerados normas, mas valores sociais cuja função é orientar o legislador.
- c) são considerados normas que precisam ser regulamentadas para sua efetividade.
- d) são considerados normas constitucionais dotados de eficácia.

12) As normas constitucionais de:

- a) aplicabilidade imediata e de eficácia plena excluem qualquer espécie de regulamentação legal.
- b) aplicabilidade imediata e de eficácia contida são plenamente eficazes até a superveniência de lei regulamentar.
- c) eficácia limitada não impedem a recepção da legislação infraconstitucional anterior com elas incompatíveis.
- d) aplicabilidade imediata e de eficácia plena não podem ser condicionadas por outras normas constitucionais.

13) Um município teve questionada, em mandado de segurança na justiça estadual, uma lei que instituiu um tributo municipal. O Tribunal de Justiça, pela 2ª Câmara de Direito Público, entendendo que a exigência tributária não estava de acordo com a repartição constitucional de competências, afastou a cobrança do tributo questionado dando provimento à apelação do contribuinte, mas no acórdão não houve declaração expressa de inconstitucionalidade. Nesse caso, portanto, de acordo com as disposições Constitucionais e o entendimento jurisprudencial:

- a) cabe ao Município ajuizar uma Reclamação perante o STF, com fundamento na violação da cláusula de reserva do plenário.
- b) o julgado do Tribunal de Justiça é nulo, uma vez que a inconstitucionalidade de lei municipal em relação à Constituição Federal somente pode ser arguida perante o STF.
- c) resta ao Município interpor recurso especial perante o STJ, considerando que não houve expressa declaração de inconstitucionalidade da lei municipal.
- d) deverá o Município solucionar a questão em âmbito da própria Justiça Estadual, posto que não houve declaração de inconstitucionalidade, a qual, se houvesse, poderia ensejar a ação declaratória de constitucionalidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

14) A Constituição estabelece igualmente para juízes e membros do Ministério Público a:

- a) vedação de exercer qualquer outra função pública, exceto quando em disponibilidade.
- b) garantia de vitaliciedade, adquirida após três anos de exercício efetivo da função, somente podendo dar-se a perda do cargo por sentença judicial transitada em julgado.
- c) proibição de exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- d) garantia de inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, de acordo com o voto de dois terços dos membros do órgão competente, assegurada ampla defesa.

15) Quanto aos direitos relativos à ordem social, elencados na Constituição Federal, marque a alternativa INCORRETA:

- a) o Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública destinada a garantir direitos das crianças e dos idosos.
- b) a assistência social será prestada a quem dela necessitar, mesmo ausente contribuição à seguridade social.
- c) os chamados conceitos vagos ou imprecisos, relativos à Justiça Social, impedem que o Judiciário lhes reconheça efeitos concretos.
- d) a lesão ao meio ambiente sujeita o infrator a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos.

DIREITO CIVIL

16) Tendo em conta a sucessão testamentária, assinale a alternativa corretamente:

- a) o direito de impugnar a validade do testamento extingue-se em 10 anos, contado o prazo de seu registro;
- b) se, depois de feito o testamento, sobrevier ao testador mal que o torne absolutamente incapaz, nulas serão as disposições do testamento;
- c) o testamento conjuntivo só se admite se for público;
- d) nenhuma das anteriores

17) Podem ser objeto de hipoteca:

- a) os navios e as aeronaves;
- b) o direito autoral;
- c) o automóvel, desde que não seja objeto de alienação fiduciária;
- d) nenhuma das anteriores

18) Achádego:

- a) é a coisa alheia móvel encontrada, logo após ter sido perdida;
- b) é a recompensa a que faz jus aquele que restitui coisa achada
- c) é o depósito antigo de coisas preciosas, oculto e de cujo dono não haja memória;
- d) nenhuma das anteriores



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

19) A expressão *emptio spei* associa-se:

- a) ao regime de bens em Direito de Família;
- b) ao direito sucessório, mormente no que toca à herança testamentária;
- c) aos contratos aleatórios;
- d) aos vícios do consentimento

20) Em se tratando de DIREITO DAS OBRIGAÇÕES, indique a correta:

- a) nas obrigações de dar coisa incerta, a coisa incerta deverá ser indicada somente pelo gênero e pela quantidade;
- b) até o momento da escolha, pode o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, inclusive por caso fortuito ou força maior;
- c) em regra, nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao devedor, que não poderá dar a coisa pior e nem será obrigado a prestar a melhor;
- d) nenhuma das anteriores;

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) No que toca às provas, assinale a alternativa correta:

- a) A ata notarial é meio de prova em cujo teor não poderão constar dados representados por imagem;
- b) as declarações constantes de documento particular escrito e assinado fazem prova dos fatos que ocorreram na presença de seu signatário;
- c) a data do documento particular, quando a seu respeito surgir dúvida ou impugnação entre os litigantes, provar-se-á por prova pericial
- d) n.d.a.

22) Sobre o chamamento ao processo, é correta a assertiva:

- a) o chamamento ao processo é admissível ao autor e/ou ao réu;
- b) não se admite o litisconsórcio no chamamento ao processo;
- c) a sentença de procedência valerá como título executivo em favor do réu, ou do autor que satisfizer a dívida;
- d) nenhuma das alternativas acima é correta

23) Sobre o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, é correto afirmar:

- a) que o incidente sempre poderá ser instaurado a pedido do Ministério Público, já que o tema é de ordem pública;
- b) O incidente de desconconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, mas não na de cumprimento de sentença. Isso porque finda a instrução e proferida a sentença, incabível a dilação probatória.
- c) acolhido o pedido de desconconsideração, a alienação de bens havida em fraude de execução será ineficaz em relação ao requerente;
- d) há duas alternativas corretas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

24) Em se tratando de mandado de segurança ...

- a) é cabível a ação inclusive contra atos de gestão comercial, desde que a autoridade apontada como coatora seja autoridade federal;
- b) é permitido, em caso de urgência, impetrar mandado de segurança por qualquer meio eletrônico, desde que de autenticidade comprovada;
- c) incide, relativamente às ações de mandado de segurança e habeas data, o princípio da fungibilidade. Assim, o ajuizamento do mandado de segurança em hipóteses para as quais é cabível o habeas data não impede a concessão da medida protetiva;
- d) todas as alternativas estão corretas;

25) Sobre a ação civil pública:

- a) o Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei;
- b) a associação que inclua entre suas finalidades institucionais a proteção ao patrimônio público estão legitimadas a propô-la, independentemente do tempo de constituição;
- c) incabível o listiconsórcio na ação civil pública
- d) nenhuma das anteriores

DIREITO PENAL

26) Com relação à TEORIA FINALISTA DA AÇÃO (ou teoria da ação final), é correto afirmar:

- a) a conduta, diferentemente do que ocorria no sistema clássico, vem impregnada de finalidade, seja ela lícita ou ilícita;
- b) nela, a ação (ou conduta) seria o movimento humano voluntário, causador de uma modificação no mundo exterior A culpabilidade, para essa teoria, seria o lugar adequado ao estudo dos elementos subjetivos – dolo e culpa;
- c) as alternativas acima estão corretas;
- d) não há alternativa corretamente

27) pratica o crime de estelionato o indivíduo que:

- a) subtrai, para si ou para outrem, mediante ardil ou fraude, vantagem ilícita em prejuízo alheio;
- b) suprime, mediante ardil ou fraude, vantagem indevida;
- c) obtém, para si ou para outrem, mediante ardil ou fraude, vantagem ilícita em prejuízo alheio
- d) “a” e “c” estão corretas, vez que o estelionato é descrito por tipo binucleado



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

28) Prática prevaricação o indivíduo que:

- a) exige vantagem indevida, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, em razão da função pública que exerce;
- b) apropria-se de dinheiro particular de que tem a posse em razão do cargo;
- c) deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse pessoal;
- d) solicita, para si, vantagem indevida, em razão da função pública que exerce

29) Responde por tentativa o indivíduo que:

- a) iniciada a execução do crime, desiste de nela prosseguir
- b) iniciada a execução do crime, sua consumação não se dá por motivos alheios à sua vontade;
- c) viola o bem jurídico penalmente tutelado, causado o resultado por imprudência, negligência ou imperícia;
- d) nenhuma das anteriores

30) Prática o crime de corrupção ativa o indivíduo que:

- a) em razão da função pública que exerce, solicita, para si, vantagem indevida;
- b) em razão da função pública que exerce, exige, para si, vantagem indevida;
- c) oferece vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a retardar ato de ofício;
- d) obtém, para outrem, vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31) Relativamente ao Inquérito Policial, é correto afirmar que:

- a) a autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato, aplicando, porém, em todas as suas manifestações, os princípios do contraditório e da ampla defesa, já que estes configuram garantias fundamentais em nosso ordenamento jurídico.
- b) a autoridade policial mandará arquivar autos de inquérito por falta de base para a denúncia.
- c) o inquérito policial não acompanhará a denúncia ou queixa quando servir de base a uma ou outra, se esta for a opção fundamentada do Ministério Público ou do querelante.
- d) o indiciado poderá requerer à autoridade policial a realização de qualquer diligência.

32) Assinale a afirmativa INCORRETA, em relação ao inquérito policial:

- a) nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial somente pode instaurar o inquérito policial a requerimento do ofendido.
- b) o inquérito policial é imprescindível para instruir o oferecimento da denúncia.
- c) a autoridade policial não pode determinar o arquivamento do inquérito policial.
- d) a autoridade policial pode indeferir o pedido de instauração de inquérito policial feito pelo ofendido.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

33) No caso de roubo praticado na cidade de Belo Horizonte contra agência bancária do Banco do Brasil, sociedade de economia mista vinculada estruturalmente ao Poder Público Federal, em que tenha havido a subtração de dinheiro dos caixas, a competência para a ação penal é da:

- a) Justiça Federal.
- b) Justiça Estadual.
- c) Justiça Federal ou da Justiça Estadual, observada a regra da prevenção.
- d) Justiça Federal ou da Justiça Estadual, conforme o inquérito policial tenha sido conduzido pela Polícia Federal, no primeiro caso, ou pela Polícia Civil, no segundo.

34) O ato de comunicação processual que convoca as testemunhas para depor e a ciência dos atos processuais que se dá ao réu preso intitulam-se, respectivamente,

- a) intimação e requisição.
- b) notificação e intimação.
- c) notificação e citação.
- d) convocação e intimação.

35) Acerca das nulidades, assinale e opção correta de acordo com o Código de Processo Penal:

- a) a incompetência do juiz é causa de nulidade, ao passo que a sua suspeição é mera irregularidade.
- b) uma vez declarada a nulidade de um ato, esta causará a dos atos que dele indiretamente dependam ou sejam consequência.
- c) a falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada e nos da intentada pela parte ofendida, quando se tratar de crime de ação penal pública, é causa de nulidade.
- d) as omissões da denúncia, da queixa ou da representação não poderão ser supridas, ainda que antes da sentença final.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

DIREITO ADMINISTRATIVO

36) Analise os itens abaixo e, após, marque a alternativa CORRETA:

A responsabilidade civil do estado à luz do entendimento doutrinário e jurisprudencial majoritários:

- I. é de natureza objetiva, com base no risco administrativo.
- II. ocorre quando comprovados o dano, a ação administrativa e o nexo de causalidade.
- III. admite a investigação da culpa da vítima para que seja atenuada ou mesmo excluída.
- IV. é passível de ocorrer, quando resultante de omissão, se ficar demonstrado o descumprimento, pelo Estado, de um dever jurídico de agir.
- V. é de natureza subjetiva nos casos de omissão, bastando a ocorrência da chamada culpa anônima.

- a) V, V, F, V e F
- b) F, V, V, F e V.
- c) V, V, F, F e F.
- d) V, V, V, V e V.

37) São consideradas sanções pela prática de atos de improbidade administrativa, EXCETO:

- a) perda dos direitos políticos.
- b) ressarcimento integral dos danos causados ao erário.
- c) pagamento de multa de até 3 (três) vezes o valor do acréscimo patrimonial indevidamente auferido pelo agente.
- d) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, ainda que indiretamente, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja o agente sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos.

38) O tombamento, em nosso ordenamento jurídico,

- a) pode acarretar restrição individual, mas não pode ocasionar limitação de caráter geral.
- b) provisório terá efeitos pelo prazo de sessenta dias.
- c) impede a alienação ou a doação do bem tombado.
- d) sempre ensejará indenização ao proprietário.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

39) Considere os itens abaixo e verifique qual ou quais dos institutos jurídicos aplica-se ao patrimônio público:

- I. Penhora.
- II. Hipoteca.
- III. Usucapião.
- IV. Arresto.
- V. Desafetação.

Assinale, agora, a opção CORRETA:

- a) somente I e V estão corretas.
- b) somente II, III e V estão corretas.
- c) somente III e IV estão corretas.
- d) somente V estão correta.

40) Assinale a alternativa correta:

- a) No exercício do poder disciplinar, a Administração não tem liberdade de escolha, de modo que, tendo conhecimento de falta, deve instaurar o procedimento adequado.
- b) a discricionariedade é a liberdade de agir da Administração, podendo ingressar na esfera da arbitrariedade, havendo interesse público.
- c) Atendidos os pressupostos próprios para a prática do ato vinculado, a Administração não dispõe de liberdade de não praticá-lo, salvo no que se refere ao critério de conveniência.
- d) Ocorrerá vício em relação ao objeto quando for incorrente o motivo em que se apoiou o ato administrativo.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

PROVA SUBJETIVA

1) A FAZENDA PÚBLICA NACIONAL ajuizou ação de execução fiscal em face de PEDRO. O executado, então, com escopo de furtar-se aos efeitos do executivo fiscal, aliena seus vários bens, aí inclusas várias obras de arte e imóveis. Acontece que o diligente PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL, ao dar busca no REGISTRO IMOBILIÁRIO, constatou a venda fraudulenta. A partir daí, constata-se que PEDRO incorreu nas iras do artigo 179 do Código Penal, cuja letra é a seguinte:

Art. 179 - Fraudar execução, alienando, desviando, destruindo ou danificando bens, ou simulando dívidas:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

Parágrafo único - Somente se procede mediante queixa.

O Procurador da Fazenda Nacional, então, vendo que o crime praticado por PEDRO somente se procede mediante queixa, vira-se pra você e pergunta: A ação penal contra PEDRO será uma AÇÃO PENAL PRIVADA? Quem vai ajuizar essa ação penal contra PEDRO? A persecução penal, no caso, estaria sujeita ao prazo DECADENCIAL?

Discorrendo sobre as ações penais públicas e privadas, responda a esses questionamentos de forma fundamentada, indicando, em sendo o caso, o dispositivo de lei que ampara suas razões.